

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Exercício 2017

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o presente Relatório da Administração: A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR é uma empresa pública, vinculada à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012) para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo do Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão de administração das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. O novo modelo consolidado tem como diferencial a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta às comunidades para as prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as rodovias, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação. A arrecadação líquida dos pedágios teve aumento, em 2017, de 14,3% em relação ao exercício anterior, passando para o patamar de R\$ 193,8 milhões. Este resultado decorre de implantação do programa de recomposição tarifária implementado em 02 de outubro de 2017. Tal proposição teve como base técnica o planejamento de médio e longo prazo elaborado pela equipe técnica. O fluxo de veículos total em 2017 foi de 42,5 milhões, representando um aumento de 3,5 % em relação à 2016. As intervenções em manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 104,0 milhões, 45,62% maior do que 2016 demonstrando com isto, a forte determinação da administração em ampliar os recursos empregados nas rodovias da EGR. Os investimentos somados à manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 116,3 milhões, o que representou 60% da receita operacional líquida. A EGR atua com um quadro de pessoal bastante reduzido e eficiente, sendo que a despesa de pessoal em 2017 representou 5,6 % da receita operacional líquida.

A EGR atua em 908,48 km de rodovias identificadas no quadro abaixo.

Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelos decretos nº53.386 e nº53.875					
Praça	Rodovia	Trecho	km inicial	km final	Extensão (km)
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) - Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
Portão	ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - Entr. ERS-446 (P/ São Vendelino)	0,00	39,09	39,09
	ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) - Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0,00	33,58	33,58
	RSC-287	Entr. RSC-470 (A) / ERS-240 (Montenegro) - Entr. ERS-411 (P/ Bronchier)	0,00	7,11	7,11
Santo Antônio da Patrulha	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	0,00	32,64	32,64
Viamão	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fúzua) - Entr. ERS-786 (Baleário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
	ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
Flores da Cunha	ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) - Entr. ERS-437 (B) (Ipê)	80,04	129,71	49,67
Três Coroas	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	0,00	41,97	41,97
Gramado	ERS-235	Entr. BRS-116 (P/ Caxias do Sul - Início TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)	0,00	34,64	34,64
	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) - Canela (Fim TRV-Mun)	34,64	42,31	7,67
	ERS-466	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0,00	7,22	7,22
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) - Entr. ERS-020 (A) (P/ São Francisco de Paula)	42,31	76,32	34,01
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,40	6,35
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
Encantado	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) - Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	68,19	97,27	28,08
	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	RSC-453	Entr. BRS-386 (B) / ERS-129 (Estrela) - Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) - Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) - Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	0,00	29,83	29,83
Venâncio Aires	RSC-287	Entr. BRS-386 (B) (Tabai) - Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz)	28,03	104,65	76,62
Candelária	RSC-287	Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz) - Entr. ERS-502 (P/ Contenda do Sol)	104,65	176,68	72,03
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) - Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	0,00	78,33	78,33
Total					908,48

Em 2017 destacam-se as seguintes realizações:

1 - Conclusão da obra de arte que integra o viaduto no km 100 da rodovia RSC-287 em Santa Cruz do Sul; 2 - Em andamento na rodovia RSC-287 no município de Santa Cruz do Sul obras de duplicação com extensão de 3,1 km; 3 - Conclusão da interseção de acesso ao município de Santa Cruz do Sul através da rua Melvin Jones na rodovia RSC-287; 4 - Conclusão da interseção de acesso ao município de Capela de Santana na ERS-240; 5 - Conclusão da obra emergencial do pontilhão no km 153 da rodovia RSC-287; 6 - Reconstrução e estabilização do talude localizado no km 7 da rodovia ERS-122; 7 - Início das obras da rotatória localizada na confluência da rodovia ERS-239 com a rodovia ERS-115 no km 49 no sentido Porto Alegre - Rolante; 8 - Início da pavimentação de 1,6 km de acostamento na rodovia ERS-239 no município de Riozinho; 9 - Início de obras de implantação de rua lateral no km 15 ao km 16 da rodovia ERS-239 no município de Novo Hamburgo;

No que tange a contratação de projetos executivos de engenharia a EGR no ano de 2017 deu início à contratação dos seguintes projetos:

1 - Projeto de viaduto na rodovia ERS-122 com a rodovia RSC-453 no município de Caxias do Sul; 2 - Projeto de readequação do acesso ao distrito industrial de Guaporé. 3 - Projeto (concluído) de rua lateral à rodovia ERS-239 no km 28 com extensão de 580 m no município de Sapiranga; 4 - Projeto do acesso ao município de Nova Hartz no km 38 da rodovia ERS-239; 5 - Projeto de duplicação da rodovia ERS-122 entre o município de Nova Milano e o município de Farroupilha; 6 - Projeto (concluído) da interseção de acesso a Vila Marlene, município de Candelária, no km 139 da rodovia RSC-287; 7 - Projeto de duplicação da rodovia ERS-122 entre os km 38 e 52, totalizando a extensão de 13,8 km (São Vendelino - Nova Milano); 8 - Projeto (concluído) de interseção de acesso no km 47 da rodovia ERS-040 (localidade Canquerine - Águas Claras) no município de Viamão. 9 - Projeto (concluído) do acesso aos bombeiros e distrito

industrial no município de Igrejinha na ERS-115; 10 - Projeto de interseção para acesso à rua Frederico Germano Haenssger no município de Cruzeiro do Sul, no km 23 da rodovia RSC-453; 11 - Projeto de interseção para o acesso à Vila Brands no município de Venâncio Aires, no km 3 da rodovia RSC-453; 12 - Projeto de acesso secundário ao município de Garibaldi no km 91 da rodovia RSC-453; 13 - Projeto de interseção de acesso ao município de Mato Leitão na rodovia RSC-453; 14 - Projeto de acesso à rua João Fell no município de Estrela na rodovia RSC-453; 15 - Projeto de acesso secundário ao município de Muçum na rodovia ERS-129; 16 - Projeto (concluído) de interseção para acesso à Av. Júlio de Castilhos, no município de São Francisco de Paula, no km 92 da rodovia ERS-020; 17 - Projeto de viaduto na ERS-122 entre município de São Vendelino e Nova Milano; 18 - Projeto de ampliação da capacidade da rodovia ERS-130 entre os municípios de Lajeado e Arroio do Meio; 19 - Projeto (concluído) de duplicação de 2,6 km na rodovia ERS-239, iniciando no entroncamento com a ERS-020 no município de Taquara, em direção ao arroio Tucanos. 20 - Projeto de restauração da rodovia RSC-287 abrangendo trecho compreendido entre Tabai e Paraíso do Sul, compreendendo as praças de pedágios de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul.

Na área administrativa destaca-se: projeto de implantação de sistema integrado ERP; mapeamento dos processos da Gerência Operacional e Modelagem do CCO - Centro de Controle Operacional; desenvolvimento de manual abrangendo 11 programas ambientais; conclusão do Programa de Exploração de Rodovias - PER para curto (1 ano), médio (6 anos) e longo prazos (30 anos), que serviu de base para o plano de recomposição tarifária da EGR.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - em reais (R\$)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO		163.611.962,77	131.970.382,74
ATIVO CIRCULANTE		95.667.268,82	99.261.377,02
DISPONIBILIDADES	2.4	78.780.034,28	74.673.082,51
Bancos		3.497.250,64	1.011.586,73
Aplicação Financeira		75.282.783,64	73.661.495,78
Arrecadação das Praças		10.709.681,30	19.693.743,53
Valores a Receber		59.242,99	70.432,91
Depósitos Judiciais		-	69.691,74
Adiantamento a Fornecedores		110.309,51	21.478,25
Adiantamento a Empregados		48.395,53	14.451,45
Impostos a Recuperar		5.927.735,34	4.650.582,43
ESTOQUES	6	-	67.914,20
Material de Expediente		-	41.437,48
Material Rodovias		-	26.476,72
DESPESAS ANTECIPADAS		31.869,87	-
Despesas Antecipadas		31.869,87	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		67.944.693,95	32.709.005,72
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		23.253.276,53	433,97
Créditos e Valores		11.018.603,25	433,97
Depósitos Judiciais		12.234.673,28	-
IMOBILIZADO		1.071.011,14	706.833,62
Imobilizado	2.5	1.336.515,82	846.588,66
Depreciação Acumulada		(265.504,68)	(139.755,04)
INTANGÍVEL		43.620.406,28	32.001.738,13
Intangível		45.008.168,46	32.697.549,95
Amortização Acumulada		(1.387.762,18)	(695.811,82)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		163.611.962,77	131.970.382,74
PASSIVO		78.541.387,92	52.770.217,29
PASSIVO CIRCULANTE		66.405.388,82	52.770.217,29
Fornecedores		17.091.277,86	13.953.813,08
Obrigações Trabalhistas		1.396.261,56	1.147.121,76
Tributos Contribuições Federais		3.311.620,22	2.579.438,90
Tributos Municipais	5	37.092.360,36	28.861.158,81
Outras Contas a Pagar		7.214.923,08	5.889.888,69
Adiantamento de clientes		176.181,02	170.936,85
Provisão p/ Penalidades Contratuais		122.764,72	167.859,20
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		12.135.999,10	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	10	12.135.999,10	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		85.070.574,85	79.200.165,45
CAPITAL SOCIAL		37.752.827,81	33.288.129,61
Capital Subscrito		38.252.827,81	33.788.129,61
Capital a Integralizar	7	(500.000,00)	(500.000,00)
RESERVA DE LUCROS		47.317.747,04	45.912.035,84
Reserva Legal		3.015.210,10	2.941.152,69
Reserva Retenção Lucros	9	44.302.536,94	42.970.883,15

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017 e 2016 - em reais (R\$)

RECEITA BRUTA OPERACIONAL	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	243.342.500,20	215.839.441,48
Prestações de Serviços	243.342.500,20	215.839.441,48
DEDUÇÕES DA RECEITA	(49.540.436,64)	(46.290.098,74)
PIS	(1.394.066,24)	(1.244.315,87)
COFINS	(6.434.151,29)	(5.742.996,34)
ISSQN	(9.234.699,00)	(8.406.462,83)
Istentos	(2.863.112,85)	(2.994.763,50)
Multipassagem	(8.153.962,10)	(7.378.654,90)
Istentados	(22.385.161,40)	(20.435.792,30)
Violações	(110.110,95)	(87.113,00)
Reversão de ISSQN	1.034.827,19	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	193.802.063,56	169.549.342,74
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(171.044.102,29)	(132.180.151,13)
Serviços de Terceiros PJ	(22.342.411,22)	(18.248.769,25)
Manutenção Conservação de Rodovia	(104.000.406,53)	(71.419.699,67)
Manutenção Conservação de Instalações	(41.347.762,83)	(39.602.233,09)
Convênios	(3.334.002,98)	(2.849.533,02)
Ressarcimento Usuários	(14.878,92)	(59.878,90)
Reembolso Usuários	(14,00)	(37,20)
Licença Ambiental	(4.625,81)	-
RECEITAS DIVERSAS	400.832,91	407.260,31
Receitas Diversas	9.367,16	51.476,83
Outras Receitas Operacionais	391.465,75	355.783,48
DESPESAS OPERACIONAIS	(19.207.630,65)	(21.102.132,94)
Despesas Administrativas	(8.326.377,80)	(18.937.822,82)
Despesas com Pessoal	(10.881.252,85)	-
Despesas diversas	-	(2.164.309,12)
RECEITA ANTES DO MOVIMENTO FINANCEIRO	3.951.163,53	16.674.318,98
Receitas Financeiras	4.120.438,40	6.045.233,12
Despesas Financeiras	(5.832.365,47)	(4.464.969,28)
PREJUÍZO/LUCRO ANTES PROVISÃO IRPJ E CSLL	2.239.236,46	18.254.582,82
Provisão IRPJ	(551.064,92)	(3.401.918,38)
Provisão CSLL	(207.023,37)	(1.233.330,62)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.481.148,17	13.619.333,82

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2016
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - em reais (R\$)

Fluxo de Caixa Operacional	2017	2016
Lucro Líquido	1.481.148,17	13.619.333,82
Despesas com Depreciação	125.749,64	73.266,38
Despesas com Amortização	691.950,36	523.842,32
Ajustes Exercícios Anteriores	(75.436,97)	-
Aumento/Diminuição do Ativo	-	-
Arrecadação das praças	8.984.062,23	(4.568.921,32)
Adiantamentos	(122.775,34)	(849,59)
Valores a receber	11.189,92	(66.050,47)
Dépósitos Judiciais	69.691,74	(54.281,4)
Estoques	67.914,20	15.256,20
Despesas antecipadas	(31.869,87)	-
Valores a receber longo prazo	(11.018.169,28)	-
Dépósitos Judiciais longo prazo	(12.234.673,28)	-
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	(1.277.152,91)	(859.081,41)
Aumento/Diminuição do Passivo	-	-
Obrigações trabalhistas	249.139,80	191.736,11
Fornecedores	3.137.464,78	(2.926.770,01)
Obrigações Fiscais	8.963.382,87	9.523.289,62
Outras contas a pagar	1.325.034,39	(111.502,29)
Adiantamento de clientes	5.244,17	(29.407,07)
Provisões	(45.094,48)	63.251,89
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	12.135.999,10	-
Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.442.799,24	15.393.112,78
Fluxo de Caixa Investimentos	-	-
Aquisição/baixa de imobilizado	(489.927,16)	(245.153,58)
Aquisição de intangível	(12.310.618,51)	(19.478.393,77)
Caixa Líquido Atividades Investimentos	(12.800.545,67)	(19.723.547,35)
Fluxo de Caixa Financiamentos	-	-
Integralização de Capital	4.464.698,20	2.788.129,61
Caixa Líquido Atividades Financiamentos	4.464.698,20	2.788.129,61
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	4.106.951,77	(1.542.304,95)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	74.673.082,51	76.215.387,47
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	78.780.034,28	74.673.082,51

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - em reais (R\$)

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2015	30.500.000,00	2.260.186,00	26.769.123,32	-	59.529.309,32
Ajuste exercício anterior	-	-	3.263.392,70	-	3.263.392,70
Saldo em 31.12.2015 reap.	30.500.000,00	2.260.186,00	30.032.516,02	-	62.792.702,02
Integralização	2.788.129,61	-	-	-	2.788.129,61
Lucro líquido exercício	-	-	-	13.619.333,82	13.619.333,82
Destinação:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	680.966,69	-	(680.966,69)	-
Reserva Retenção Lucros	-	-	12.938.367,13	(12.938.367,13)	-
Saldo em 31.12.2016	33.288.129,61	2.941.152,69	42.970.883,15	13.619.333,82	79.200.165,45
Integralização	4.464.698,20	-	-	-	4.464.698,20
Lucro líquido exercício	-	-	-	1.481.148,17	1.481.148,17
Destinação:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	74.057,41	-	(74.057,41)	-
Reserva Retenção Lucros	-	-	1.407.090,76	(1.407.090,76)	-
Ajuste exercício anterior	-	-	(75.436,97)	-	(75.436,97)
Saldo em 31.12.2017	37.752.827,81	3.015.210,10	44.302.536,94	-	85.070.574,85

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2017 - em reais (R\$)

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR - é uma empresa pública de capital fechado controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, mediante autorização da Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012, vinculada à Secretaria dos Transportes - e regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012. A EGR sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A empresa tem sede e foro na cidade de Porto Alegre podendo criar escritórios regionais no Estado do Rio Grande do Sul e possui prazo de duração indeterminado.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 - Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio - As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras - Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC - Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira.

2.3 - Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

2.4 - Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

2.5 - Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	184.939,80	37.733,17	2.012,00	25.652,52	195.008,45
Máquinas	6.826,96	-	-	1.038,84	5.788,12
Equipamentos	475.166,26	146.002,99	5.859,66	64.964,33	550.345,26
Computadores e periféricos	22.384,98	278.102,66	-	28.705,23	271.782,41
Impressoras	17.515,62	-	-	5.388,72	12.126,90
Imob. Pred. 3º	-	35.960,00	-	-	35.960,00
Total	706.833,62	497.798,82	7.871,66	125.749,64	1.071.011,14

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	361.582,79	13.053,00	-	97.243,44	277.392,35
Imóveis	14.293.243,60	-	-	594.706,92	13.698.536,68
Obras em andamento	17.346.911,74	12.297.565,51	-	-	29.644.477,25
Total	32.001.738,13	29.995.305,68	-	691.950,36	43.620.406,28

No intangível na conta Imóveis e Obras em andamento estão registrados obras várias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela EGR, amortizado nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial.

	Taxa de depreciação / amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

2.6 - Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor.

3. Imobilizado Recebido das Concessionárias

Os bens recebidos pela EGR, originários do patrimônio das Concessionárias responsáveis pelas praças de pedágio, foram transferidos no exercício de 2013, sem especificação de valor, estão os mesmos sendo analisados, classificados e avaliados por empresa especializada e serão incorporados posteriormente ao patrimônio da EGR, por essa razão não figuraram no imobilizado da empresa.

4. Adiantamento a Empregados

O valor publicado no exercício de 2016 na conta Adiantamento a Fornecedores de R\$ 14.451,45 está registrada em nosso sistema contábil com o valor de R\$ 14.501,45 em 31/12/2016. Esta diferença de R\$ 50,00 foi identificada e ajustada em 01/01/2017.

5. Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

O ISSQN devido pela EGR sobre a prestação de serviços é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, mas não ocorreu pagamento em 2017 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 9.234.699,00, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 36.762.415,22 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. Ainda no exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável a EGR no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

6. Impostos a Recuperar

O saldo de impostos a recuperar é de R\$ 5.927.735,34 é composto de R\$ 4.338.312,25 de IRPJ, R\$ 1.476.204,37 de CSLL, R\$ 17.310,32 de IRRF, R\$ 6.817,80 de INSS, R\$ 89.090,60 PIS/COFINS/CSLL.

7. Patrimônio Líquido.

7.1 - Capital Social

O capital social é de R\$ 37.752.827,81 (trinta e sete milhões e setecentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e vinte e sete reais e um centavo), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014. Em 2017 houve a integralização de capital de R\$ 4.464.698,20 decorrente da incorporação dos juros de capital próprio.

8. Remuneração dos Investidores

No exercício de 2017 não serão distribuídos dividendos, tendo em vista a política da Companhia que é a de aplicar nas rodovias pedagiadas sob sua administração, todos os recursos que arrecada que são provenientes da exploração direta de rodovias, por meio da cobrança de tarifas ou de serviços suplementares relacionados à exploração rodoviária, situação expressa em sua lei de criação nº LEI N.º 14.033, de 29 de Junho DE 2012 no art.7º "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

9. Reserva de Retenção de Lucros

Na reserva de retenção de Lucros de 2017 foi incorporado o valor de R\$ 1.481.148,17 deduzido R\$ 75.436,97 referente a ajuste de exercícios anteriores, permanecendo com o saldo de R\$ 44.302.536,94 em 31.12.2017.

10. Imposto de Renda Pessoa Jurídica

A EGR através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ, e está efetuando os valores de antecipação mensal e valores do ajuste anual em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.

Nelson Lidio Nunes
Diretor - Presidente
CPF nº 150.698.340-53

Ney Michelucci Rodrigues
Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 237.646.270-34

Milton Cypel
Diretor Técnico
CPF nº 077.103.300-10

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. - EGR
Porto Alegre - RS
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. – EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EGR em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à EGR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota explicativa 3, a EGR recebeu bens das concessionárias responsáveis pelas praças de pedágio, os quais ainda não estão quantificados, sendo que no controle patrimonial há o registro de R\$ 5.440.145,88 relativo a esses bens. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a EGR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EGR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EGR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EGR.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EGR. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EGR a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.505/O-3
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS – 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

São Paulo, 02 de março de 2018.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, todas em comparabilidade ao exercício social de 2016. Da análise procedida, inferiu-se que as Demonstrações Financeiras, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e, as manifestações deste Colegiado proferidas em relatórios de suas Reuniões Ordinárias, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2017. Opinamos, ainda, favoravelmente sobre a Proposta de destinação do Lucro, oriunda dos Órgãos da Administração da Companhia, a qual não contempla a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio.

Porto Alegre, 04 de abril de 2018.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA EGR

Paulo Cesar Santana Nunes
Conselheiro Presidente

Delmar Henrique Backes
Conselheiro

Vanderlan Frank Carvalho
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação, por unanimidade de votos, do conjunto de Demonstrações Financeiras e, ainda, pela aprovação da Proposta de Destinação dos Lucros, sem distribuição de dividendos, e que os lucros sejam incorporados na reserva de retenção de lucros; pela redução na reserva de retenção de lucros do ajuste de exercícios anteriores; pela incorporação dos juros de capital próprio a pagar, por meio de aumento de capital e pelo encaminhamento destas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Porto Alegre, 04 de abril de 2018.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EGR

Humberto Brandão Canuso - Presidente
Representante da Secretaria dos Transportes

Nelson Lidio Nunes
Diretor-Presidente da EGR

Mário Rache Freitas
Representante da Secretaria do Desenvolvimento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional

Gilberto Machado de Pinho
Representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Everton Santos Oltmarari
Representante do Governador do Estado do RS

Jackson Valenti Nogueira
Representante da Casa Civil